

MAIS US\$ 114 BILHÕES

Renegociação da dívida externa exige emissão

O Orçamento de 1994, revisado pelo governo, subirá de US\$ 183,36 bilhões para US\$ 297,61 bilhões, com um aumento de US\$ 114,25 bilhões. A variação se deve à renegociação da dívida externa brasileira, que implicará na emissão de títulos pelo Tesouro Nacional, no valor equivalente a duas vezes o débito, segundo fontes do governo. Os técnicos reafirmaram que os itens principais de despesas foram reduzidos, com previsão de déficit primário igual a zero, ou seja, despesas iguais a receitas.

No entanto, o próprio presidente da Comissão de Orçamento, senador Raimundo Lira (PFL-PB), disse que o governo começará 1994 sem Orçamento aprovado pelo Congresso. Lira classificou ontem como "absolutamente improvável" a votação da projeto até o final do ano. Ele calcula que o projeto a ser enviado hoje ao Congresso só será votado após a definição dos parlamentares sobre a parte mais polêmica do plano do ministro Fernando Henrique Cardoso: o aumento de 5% nas alíquotas dos impostos federais e o corte de 15% nas receitas de Estados e

municípios. "Vamos receber o projeto e esperar."

Técnicos do governo explicaram que a repactuação da dívida, assinada pelo ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, no mês passado, terá impacto de US\$ 84,4 bilhões, valor da emissão do Tesouro Nacional. Outro efeito que está incluído no Orçamento é a compra do equivalente a US\$ 5 bilhões em títulos do Tesouro americano como garantia da dívida externa. O restante do impacto de US\$ 114,25 bilhões, segundo um técnico, também foi provocado pela renegociação, pois exigiu um ajuste financeiro nas rolagens das dívidas interna e externa, registrado no aumento das operações oficiais de crédito, que tiveram aumento de US\$ 49,89 bilhões.

O impacto orçamentário é "financeiro", segundo um técnico. As despesas correntes consideradas relevantes foram reduzidas, reafirmou. O corte no Legislativo foi de 26,46%, no Judiciário de 24,71% e no Executivo de 17,49%. Entre os mais atingidos estão o gabinete da vice-presidência (-40%), Bem-Estar Social (-52%).